

EXPERIÊNCIAS DA PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DE UMBU POR AGRICULTORES FAMILIARES DO TERRITÓRIO DO CARIRI PARAIBANO EM 2015

Carla Mailde Feitosa Santa Cruz¹; Dielle Oliveira Filocre Rodrigues²

¹ Universidade Federal da Paraíba – carlacavn@hotmail.com

² Universidade Federal da Paraíba- diellefilocre@gmail.com

Resumo: O Projeto intitulado “Umbu do Cariri” teve como objetivo apoiar catadores do umbu das Comunidades rurais de Caititu, Olho D’água do Padre, Duas Serras e adjacências na coleta e comercialização dos frutos, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar de bases agroecológicas na microrregião do cariri paraibano. O projeto surgiu a partir das demandas dos agricultores familiares, que uma vez ouvidos, contribuíram e estiveram presentes na transformação das ideias em ações, as quais envolveram vinte famílias na coleta e comercialização do fruto. Segundo informações de moradores das citadas comunidades, esta foi a primeira vez que os agricultores se organizaram para de forma coletiva catar e comercializar o umbu. Experiências anteriores dão conta da existência de comercialização *in natura* do umbu, principalmente na feira na sede da cidade de Sumé, mas em quantidades bem pequenas, frente ao volume de umbus que são desperdiçados anualmente. A execução do projeto foi pautada nas dimensões da agroecologia e sustentabilidade, uma vez que buscou contribuir com a participação e formação cidadã através das temáticas: empoderamento dos sujeitos participantes do projeto, organização grupal, autonomia, economia, práticas agroecológicas de coleta dos frutos e manejo adequado dos umbuzeiros. Entre os meses de fevereiro e março de 2015, foram comercializadas cinco toneladas de umbu e obtido o rendimento total de R\$ 5.000,00. Dessa forma, pôde-se diagnosticar uma potencialidade produtiva pouco aproveitada na região do Cariri Ocidental Paraibano, constituindo-se um desafio para as instituições públicas, a formulação de políticas públicas com perspectiva voltada para a convivência com o semiárido.

Palavras – chave: umbuzeiro; potencialidades; empoderamento

INTRODUÇÃO

Território, na perspectiva aqui abordada, é um espaço carregado de símbolos e significados culturais no sentido plural em que a palavra cultura comporta. É compreendido como espaço de pertencimento no qual as relações materiais e imateriais são desenvolvidas e

dão vida aos sujeitos habitantes deste local. São relações entre os indivíduos e destes com o meio em que habitam, transformando e dando significado às comunicações e à vivência.

Para Silva e Cândido (2015, p.18) “o território são formas que se configuram por meio da paisagem, mas o território usado são objetos e ações, é sinônimo de espaço humano, espaço habitado, modificado e transformado.”

Nesse sentido, a compreensão do termo território é considerada abrangente, por destacar as ampliadas formas de relacionamentos existentes em um dado local. Buscando-se o aprofundamento na dinâmica desta interação e das formas de articulação entre os membros de determinado território rural para o alcance de práticas sustentáveis voltadas para o desenvolvimento local, torna-se interessante uma breve conceitualização de agroecologia e de políticas públicas.

De acordo com Wezel et. al. (2009, apud, Abreu et. al. 2011, p. 1) “a agroecologia, defendida por diversos atores do mundo rural, é vista como uma proposição científica, como um conjunto de práticas sociais e técnicas e como um movimento social”. A agroecologia é fundamentada em princípios ecológicos e sociais, busca promover mudanças no processo de produção da agricultura convencional, a partir de uma abordagem interdisciplinar e do estabelecimento de pesquisas participativas, valorizando o saber ou conhecimento local (ALTIERI, 2006 apud ABREU et. al., 2011 p.2).

Na atualidade, as políticas públicas de cunho social transversalizam as diversas áreas e exigem dos profissionais a capacidade de diálogo com conhecimentos múltiplos. Neste trabalho, as temáticas: território, agroecologia e políticas públicas são abordadas através do relato de experiências do desenvolvimento de um projeto de extensão executado por uma instituição pública com agricultores familiares do território do cariri paraibano envolvidos na produção agroecológica do umbu no ano de 2015.

De acordo com Teixeira (2002, p.2),

As políticas públicas traduzem, no seu processo de elaboração e implantação e, sobretudo, em seus resultados, formas de exercício do poder político, envolvendo a distribuição e redistribuição de poder, o papel do conflito social nos processos de decisão, a repartição de custos e benefícios sociais. Como o poder é uma relação social que envolve vários atores com projetos e interesses diferenciados e até contraditórios, há necessidade de mediações sociais e institucionais, para que se possa obter um mínimo de consenso e, assim, as políticas públicas possam ser legitimadas e obter eficácia.

As concepções teóricas abordadas aqui são contextualizadas com o meio rural do semiárido brasileiro, especificamente, dialogando com o relato de experiências de

implantação do projeto intitulado “umbu do cariri”, desenvolvido no território do cariri ocidental paraibano.

Desde os Sertões, de Euclides da Cunha, que o umbuzeiro é citado como árvore sagrada do sertão. E na obra, é citado pelos seus diversos usos: por fornecer frutos para os vaqueiros da região semiárida, por armazenar em suas raízes água que serve para saciar a sede daqueles que convivem com a caatinga, por servir de armador de rede e por servir de alimento para o gado.

O Projeto intitulado “umbu do cariri” teve como objetivo apoiar catadores do umbu das Comunidades rurais de Caititu, Olho D’água do Padre, Duas Serras e adjacências na coleta e comercialização dos frutos, contribuindo para o fortalecimento da agricultura familiar de bases agroecológicas na microrregião do cariri ocidental paraibano.

O Território do Cariri Ocidental Paraibano

O cariri ocidental paraibano faz parte do programa Território da Cidadania do Governo Federal, que “tem como objetivos promover o desenvolvimento econômico e universalizar programas básicos de cidadania por meio de uma estratégia de desenvolvimento territorial sustentável”.

O Território Cariri Ocidental - PB abrange uma área de 7.075,10 Km² e é composto por 17 municípios: Amparo, Assunção, Camalaú, Congo, Coxixola, Livramento, Monteiro, São João do Tigre, São Sebastião do Umbuzeiro, Serra Branca, Sumé, Taperoá, Zabelê, Ouro Velho, Parari, Prata e São José dos Cordeiros. A população total do território é de 121.544 habitantes, dos quais 45.483 vivem na área rural, o que corresponde a 37,42% do total. Possui 10.548 agricultores familiares, 896 famílias assentadas, 1 comunidades quilombolas e 2 terras indígenas. Seu IDH médio é 0,61 (TERRITÓRIO DA CIDADANIA, 2015).

Existem no território do cariri paraibano, Instituições de Ensino Superior - IES que vêm contribuindo para a formação de cidadãos nas mais diversas áreas do conhecimento. Dentre as instituições está o Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido – CDSA, Campus da UFCG, que no cariri paraibano tem como objetivo “contribuir para a construção de um novo paradigma científico-tecnológico para o desenvolvimento sustentável do semiárido, abrindo novas perspectivas econômicas, produtivas e educacionais para o seu povo e para a população que habita o Bioma Caatinga como um todo” (CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO, 2015).

O Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido - CDSA, através do Núcleo de Produção Agropecuária – NUPAGRO, vem realizando projetos de extensão com o intuito de colaborar significativamente para o fortalecimento dos agricultores familiares das comunidades inseridas no referido território. Foram através de ações do CDSA, que no ano de 2015 foi desenvolvido o projeto de extensão “umbu do cariri”.

Caracterização das comunidades participantes do projeto umbu do cariri

As comunidades rurais de Olho D’água do Padre, Caititu e Duas Serras estão localizadas no Cariri Ocidental Paraibano, distando aproximadamente 18 quilômetros do município de Sumé-PB e 30 quilômetros do município de Serra Branca-PB. Residem nas comunidades aproximadamente 130 famílias e 600 moradores que tem suas fontes de renda ligadas a agricultura de subsistência, a criação de animais (galinhas, ovelhas e cabras e em menos quantidade, bovinos) dos salários dos aposentados, dos poucos empregos públicos, dos programas sociais do governo federal, entre outras atividades. Em termos de estrutura física existe nas comunidades Olho D’água do Padre e Caititu, uma escola de educação infantil atualmente gerida pela prefeitura municipal de Serra Branca, uma igreja católica, uma igreja evangélica, um salão de festas, um campo de futebol, um posto de saúde em fase de acabamento e vários bares.

As citadas comunidades rurais se organizam em associações rurais que congregam interesses comuns dos sócios e atuam na busca de implementar políticas para a promoção da cidadania e de melhores condições de vida para os sujeitos do campo.

A partir dessas considerações iniciais, faz-se necessário a contextualização acerca da execução do projeto “umbu do cariri” nas comunidades citadas.

Trajetória de desenvolvimento do projeto “umbu do cariri” e considerações sobre a cultura do umbuzeiro

Desde o ano de 2012, vêm sendo desenvolvidos através do Núcleo de Produção Agropecuária - NUPAGRO, do Centro de Desenvolvimento Sustentável do Semiárido-CDSA/UFCEG, projetos de extensão com as associações rurais de Olho D’água do Padre e Caititu. Foram nestas idas e vindas, e na vivência com agricultores das citadas comunidades que certo dia um senhor da comunidade fez o seguinte pedido: “vejam se vocês arrumam uns equipamentos para beneficiar o umbu daqui, que tem demais, mas se perde todo ano. A gente

não tem o que fazer com ele”. O projeto “Umbu do Cariri” surgiu a partir dessas demandas dos agricultores familiares, que uma vez ouvidos, contribuíram e estiveram presentes na transformação das ideias em ações.

Entre os meses de dezembro de 2014 e junho de 2015 foi executado pelo NUPAGRO, o projeto de extensão intitulado “umbu do cariri”, nas comunidades rurais de Olho D’água do Padre, Caititu, Duas Serras e adjacências, comunidades estas dos municípios de Sumé e Serra Branca, no cariri paraibano. O projeto envolveu vinte famílias de agricultores familiares na coleta e comercialização do fruto do umbuzeiro, o umbu.

No mês de dezembro de 2014, realizou-se uma reunião na comunidade Caititu para apresentação da proposta de trabalho e construção do grupo de interesse dos catadores de umbu. Inicialmente, oito pessoas colocaram o nome a disposição, e mesmo, diante das incertezas quanto às chuvas de 2015 e os desafios na alocação de parcerias para apoiar o projeto, o pequeno grupo demonstrou otimismo para coletar e comercializar o umbu.

Ouvidas as demandas da comunidade e a partir das motivações demonstradas pelos agricultores envolvidos, buscou-se a realização de parcerias com instituições viabilizadoras das ações a serem executadas. Em todas as reuniões e ações do projeto, primou-se pela participação de membros das comunidades rurais envolvidas, como forma de inserção e empoderamento das ações direcionadas para eles.

Através da parceria com o Parque Tecnológico da Paraíba - PaqTcPB, com o Programa de Ações para o Semiárido - PEASA, e com a Cooperativa Hidroçu, foram disponibilizados freezers para armazenamento da produção e logística até os pontos de venda.

Foram distribuídos vários freezers nas comunidades rurais de Caititu, Olho D’água do Padre e Duas Serras, para acondicionamento dos umbus coletados semanalmente. O estágio de maturação dos frutos colhidos e comercializados era “de vez”, sendo esta uma exigência dos compradores. A comercialização dos frutos coletados foi realizada para unidades de beneficiamento nas cidades de Patos, Pombal e Areia.

Nas comunidades rurais onde foi desenvolvido o projeto de extensão, “os principais usos do umbuzeiro no consumo humano são para fazer umbuzada, suco e consumo *in natura*”. Relata uma agricultora que armazena a polpa para consumo durante todo o ano.

Segundo informações de moradores das citadas comunidades, esta foi a primeira vez que os agricultores se organizaram para de forma coletiva catar e comercializar o umbu. Experiências anteriores dão conta da existência de comercialização *in natura* do umbu, principalmente na feira na sede da cidade de Sumé, mas em quantidades bem pequenas, frente

ao volume de umbus que são desperdiçados anualmente nas comunidades e na microrregião em geral.

Nesse sentido, o projeto “Umbu do Cariri” foi desenvolvido com a perspectiva de contribuir com o fortalecimento da agricultura familiar na região do cariri paraibano. A concepção de agricultura familiar aqui adotada dialoga com o entendimento adotado por Silva e Cândido (2015, p.21) em *Indicadores de sustentabilidade em agroecossistema*,

Nesse contexto, aqui entendemos como agricultura familiar aquela em que os membros da família, ao mesmo tempo que são proprietários dos meios de produção, assumem o trabalho e a gestão no estabelecimento produtivo. Assim, o caráter familiar não é um mero detalhe superficial e descritivo, pois o fato de uma estrutura produtiva vincular família, produção e trabalho tem consequências importantes para a forma como ela age social, econômica e ambientalmente e para a diversidade de formas sociais.

A execução do projeto “Umbu do Cariri” foi pautada nas dimensões da agroecologia e sustentabilidade, uma vez que buscou contribuir com a participação e formação cidadã através das temáticas: empoderamento dos sujeitos participantes do projeto, organização grupal, autonomia economia, práticas agroecológicas de coleta dos frutos e manejo adequado dos umbuzeiros.

De acordo com Saule Júnior (2001),

A promoção do desenvolvimento local, o respeito aos direitos humanos, o estabelecimento de parcerias entre os setores público, privado e comunitário, o atendimento das necessidades das comunidades, de acordo com o parágrafo 177 da Agenda Habitat, têm como requisitos necessários a descentralização efetiva de responsabilidades; da gestão das políticas públicas, das instâncias de tomada de decisões; de recursos suficientes para o Poder Local.

Tomando como referência o estudo realizado por Silva (2016), pode-se inferir que atualmente a produção de umbu no município de Sumé é subproveitada e em algumas localidades desperdiçada, tendo em vista que a quantidade de pés de umbuzeiros mapeadas no município de Sumé entre 2014 e 2015 foi em torno de 2.369 plantas.

Estudos recentes na região do Cariri Paraibano dão conta das diversas formas de utilização do umbuzeiro na região. De acordo com Silva (2016), no município de Sumé - PB, as principais utilidades do umbuzeiro são para alimentação humana, alimentação animal, sombra, complemento da renda familiar, uso medicinal e como bem cultural. Na alimentação humana os principais usos são: umbuzada, suco, doce e consumo *in natura*. Sendo que esses usos se dão para o consumo da própria família, pouco ou quase nada é comercializado para o mercado; exceção, para o fruto *in natura* que costuma ser comercializado, mesmo que em pequenas quantidades.

Nesse contexto, vale ressaltar que está em andamento na comunidade Duas Serras, município de Serra Branca – PB, a construção de uma unidade de beneficiamento de frutas nativas da região que tem como objetivo realizar o beneficiamento e agregar valor aos frutos nativos da região, a exemplo do umbu, goiaba, manga, acerola, entre outros. Esta foi a proposição inicial do projeto “umbu do cariri”, que almejava realizar o beneficiamento do umbu na comunidade Duas Serras, no entanto, dadas as circunstâncias adversas, foi necessário comercializar o produto *in natura*.

Na região do Cariri Paraibano a safra do umbu sempre ocorre entre os meses de janeiro a junho e dependendo das variações das chuvas, pode se prolongar até o mês de agosto. No ano de 2015 houve relatos de catadores que comercializaram os frutos ainda durante o mês de agosto.

Nas comunidades onde o projeto foi desenvolvido, a coleta do umbu teve início no mês de fevereiro de 2015 e término em meados de março do mesmo ano. A forma de comercialização deu-se de duas formas, por quilograma e por caixa, de acordo com as exigências dos compradores. Os umbus foram comercializados ao preço médio de R\$ 1,00/kg, tendo sido comercializados cinco toneladas e obtido o rendimento total de R\$ 5.000,00.

Abaixo, pode-se observar algumas imagens da coleta e distribuição do umbu pelos agricultores familiares envolvidos no projeto.



Foto: produção de umbu para ser transportada
Fonte: Acervo Particular



Foto: produção de umbu para ser transportada
Fonte: Acervo Particular

Para além dos fins econômicos, o projeto proporcionou aos agricultores envolvidos a experiência de aproveitar os recursos produtivos disponíveis na caatinga, a organização e o

empoderamento grupal em torno de uma atividade produtiva e puderam constatar as potencialidades do bioma caatinga.

Desafios e Perspectivas para a Continuidade e Expansão do Projeto

Os desafios para a continuidade do projeto nos anos seguintes são visíveis e desafiadores, uma vez que o projeto para a construção da unidade de beneficiamento de frutas na comunidade rural de Duas Serras ainda não foi executado em sua integralidade devido aos trâmites burocráticos, e também por já se contar com essa unidade pronta para a próxima safra. Com isto, outros caminhos estão sendo desenhados para o desenvolvimento do projeto nos anos seguintes.

No mês de outubro do corrente ano, realizou-se reunião com diversas instituições e com a participação de membros das comunidades rurais, onde a Companhia Nacional de Abastecimento - CONAB apresentou a política de garantia de preço mínimo para produtos do agroextrativismo, entre eles, o umbu. Posteriormente, realizou-se reunião na comunidade Caititu para avaliação da proposta da CONAB e de alternativas de viabilização da comercialização da safra em 2016.

Nesse contexto, as expectativas e as possibilidades para as próximas safras do umbu são as seguintes: consolidação de novas parcerias para viabilizar a comercialização do umbu *in natura* no próximo ano; possibilidade de beneficiar e certificar os derivados do umbu em uma unidade de beneficiamento de outra comunidade, para posterior comercialização nos Programas de Aquisição de Alimentos - PAA dos municípios, tendo como gestores as citadas associações

A proposta de coleta e comercialização do umbu está sendo divulgada em outras comunidades rurais dos municípios de Sumé - PB e Serra Branca - PB, com vistas a expandir as ações já desenvolvidas e como forma de potencializar a cadeia produtiva do umbu. Os agricultores participantes do projeto, nesse ano de 2015, estão sendo multiplicadores das experiências e tem contribuído no sentido de incentivar outros grupos a se organizarem em torno da cultura do umbu.

Considerações Finais

A experiência da construção e da execução do projeto “*umbu do cariri*” de forma coletiva, possibilita-nos a reflexão de como as instituições públicas que trabalham com

extensão têm um importante papel na execução de políticas públicas direcionadas aos atores sociais do meio rural, uma vez que são capazes de promover a interlocução de interesses das políticas públicas com a sociedade organizada.

Pôde-se verificar que ainda é incipiente o aproveitamento da cultura do umbuzeiro na região do cariri ocidental paraibano, dado que a experiência nos revela que somente nas comunidades trabalhadas houve perdas de mais de 50 por cento da produção, por ser uma organização em fase inicial e por depender da articulação de parcerias com diversas instituições.

Por fim, constitui-se como desafio para as instituições públicas a formulação de políticas públicas com perspectiva voltada para convivência com o semiárido, visto que através deste projeto foi possível diagnosticar uma potencialidade produtiva pouco aproveitada na região do Cariri Ocidental Paraibano.

Referências

ABREU, Lucimar S. de et al. **Agroecologia, movimento social, ciência, práticas e políticas públicas**: Uma abordagem comparativa. Resumos do VII Congresso Brasileiro de Agroecologia, Fortaleza- CE, 2011. Disponível em: http://orgprints.org/22671/1/Abreu_agroecologia.pdf. Acesso em: 25 out. 2015.

CENTRO DE DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL DO SEMIÁRIDO. Disponível em: http://www.cdsa.ufcg.edu.br/site/?page_id=19. Acesso em: 20 out. 2015.

CUNHA, E. **Os sertões**. São Paulo: Três, 1984

OLIVEIRA, Humberto. A gestão social das políticas públicas no meio rural. In: SCHNEIDER, S; SILVA, M.K.S; MARQUES, P.E.M et al(orgs). **Políticas públicas e participação social no Brasil**. 2 ed. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

SAULE JÚNIOR, Nelson. Políticas Públicas Locais: Município e Direitos Humanos. In:Tavares, Edson Diogo. **A urgência de políticas públicas com Base na agroecologia**. Disponível em: <http://www.agrisustentavel.com/artigos/ppagroeco.htm>. Acesso em: 29 outubro 2015.

SILVA, Daniel Vilar da. **Os imbuzeiros de Sumé: construindo perspectivas para o extrativismo sustentável**. Sumé. 2016. 88f. Dissertação (Mestre em Ciências Agrárias - Agroecologia) –Universidade Federal da Paraíba, Bananeiras, 2016.

SILVA, Valdenilo Pedro da; CÂNDIDO, Gesinaldo Ataíde. Indicadores de sustentabilidade em agoecossistemas: aplicações em diversos tipos de cultivo e práticas agrícolas do Rio Grande do Norte. In: SILVA, V.P. da; CÂNDIDO, G.A (Orgs). **Indicadores de sustentabilidade em agoecossistemas**. Natal: IFRN, 2015.p.18



TEIXEIRA, Celso Elenado. O Papel das Políticas Públicas. **Associação de Advogados de Trabalhadores Rurais no Estado da Bahia**. Salvador, 2002. Disponível em: <
http://www.dhnet.org.br/dados/cursos/aatr2/a_pdf/03_aatr_pp_papel.pdf>. Acesso em: 30 set. 2016.

TERRITÓRIOS DA CIDADANIA. **O território**. Disponível em:
http://www.territoriosdacidadania.gov.br/dotlrn/clubs/territoriosrurais/caririocidentalpb2/one-community?page_num=0). Acesso em: 24 de out. 2015.

